

IMPREENSA, ABUSO E PODER

A exposição dos métodos de investigação de jornal britânico expõe práticas espúrias adotadas por empresas do magnata dos meios de comunicação

Por Marina Berlowitz
e Rute Pina

Desde 2006, o tabloide britânico *News of the World*, pertencente ao magnata da comunicação, Rupert Murdoch, é alvo de denúncias por espionagem da vida privada de personalidades públicas, como atores, jogadores de futebol, políticos e até a família real. Contudo, em 4 de julho, o jornal britânico *The Guardian* revelou que as práticas ilegais do jornal de Murdoch têm um passado mais obscuro que esse.

Em 2002, em busca de um furo de reportagem, o tabloide contratou um detetive para interceptar o telefone celular de Milly Dowler, uma menina de 13 anos que estava desaparecida. Mensagens de voz que eram enviadas a ela foram ouvidas e apagadas em seguida. A estranha movimentação destas mensagens do aparelho da garota atrapalhou a investigação policial e deu à família falsas esperanças de que Milly ainda estivesse viva, enquanto já havia sido assassinada. O conhecimento deste caso causou comoção e indignação na população britânica para com as práticas jornalísticas inescrupulosas do jornal *News of the World*. Uma semana após a revelação do *The Guardian*, no dia 10 de julho, Rupert Murdoch teve de fechar o tabloide dominical mais lido no Reino Unido, com tiragem de três milhões de exemplares.

Murdoch é dono de um dos maiores impérios de comunicação do mundo e o fechamento de seu jornal mostrou o caráter de um jornalismo que atropela a ética em nome de interesses comerciais, publicando notícias sensacionalistas e de cunho privado. Mas será que nunca é legítimo interceptar telefones pessoais mesmo quando o caso é de nítida importância pública? É isso que questiona o professor de jornalismo da universidade de Columbia, Nicholas Lemman, em seu artigo intitulado "Bad Press" que foi publicado originalmente na revista *The New Yorker*. Segundo Lemman, a privacidade não deveria ser indefensável contra as intromissões de instituições poderosas.

Em contrapartida, o sociólogo e jornalista Laurindo Leal Filho, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), disse que o jornalista tem que ter a sensibilidade para perceber qual é o limite entre o que diz respeito à sociedade e o que é estritamente individual. Neste contexto, segundo o professor, público é aquilo que diz respeito aos interesses da vida de grandes parcelas da sociedade. "No caso do Murdoch, ficou claro que os jornalistas usaram escutas telefônicas para tornar públicas questões absolutamente privadas", disse. Suzana Singer, ombudsman da *Folha de S. Paulo*, alerta para a não existência de uma regra inflexível para separar o público do privado. "É preciso analisar caso a caso. Doenças, por exemplo, são normalmente assunto particulares,

mas o câncer da então candidata Dilma, teve que se tornar público", afirmou.

A realização de grampos telefônicos é um método restrito à atividade policial que só pode ser adotado com autorização judicial e deve ser o último recurso utilizado na obtenção de provas. "Esse tipo de tipo de apuração é incompatível com a seriedade e com a ética jornalística", afirma Laurindo. Para ele, quando o procedimento é ilegal, mesmo que o assunto tenha relevância pública, não pode ser legitimado.

Nesta discussão a respeito de informações privadas, há certa confusão em relação à postura dos jornalistas do tabloide *News of the World* frente ao trabalho do *Wikileaks*, que divulga documentos sigilosos. Lemman, em seu artigo, remete ao trabalho de Julian Assange, afirmando que "arrombar e entrar, roubar e fazer grampos clandestinos é imperdoável e jamais pode ser diretamente realizados por organizações jornalísticas; mas se outras pessoas derem a essas organizações o fruto desse trabalho, então está tudo bem em publicá-las". Contudo, o jornalista e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Rudson Pinheiro Soares, diz que são trabalhos muito diferentes e adverte: "Assange divulgou informações de interesse público a partir de documentos oficiais que, inclusive, deveriam ser públicos, em uma lógica do direito à informação se sobrepôr a qualquer documento confidencial de estado".

O império Murdoch – 20th Century Fox, 20th Century Fox Television, Fox News Channel, Fox Life, Fox Kids, *New York Post*, *The Sun*, a editora Dow Jones & Company, *The Wall Street Journal* – esses são apenas alguns dos veículos que compõem o monopólio de comunicação do aus-

“**ESSE TIPO DE APURAÇÃO É INCOMPATÍVEL COM A SERIEDADE E COM A ÉTICA JORNALÍSTICA**”
(LAURINDO LEAL FILHO)

Reprodução



Rupert Murdoch: dono de um império chamado mídia

traliano Rupert Murdoch, a *News Corporation* (ou *News Corp.*). É o terceiro maior conglomerado de mídia do mundo, atrás apenas da *The Walt Disney Company* e da *Time Warner*, e é também a terceira maior no ramo do entretenimento. Nascido em Melbourne, Austrália, Murdoch herdou de seu pai um pequeno (mas próspero) periódico, dirigido por seus amigos e admiradores. Há de ressaltar que nem Murdoch nem seu pai tiveram formação jornalística alguma. Após algum tempo, a posse de licenças de televisão na Austrália deu-lhe suficientes recursos para entrar na cena mundial. Chegou ao Reino Unido na década de 60, época em que os jornais britânicos estavam em decadência. Murdoch adquiriu, em 1969, o *News of the World*, e inventou com ele um novo modelo de tabloide, mais moderno e atraente (ou melhor dizendo: com notícias de cunho populista e sensacionalista, com preferência por escândalos sexuais). Sempre inflando, seu poder de influência sobre o público começou a chamar a atenção de figuras de poder.

Poderio Político – A monopolização da mídia e a consequente restrição de visão política dá às grandes corporações, como a *News Corp.*, um papel decisivo nas relações com o governo e na influência (ou imposição) da opinião pública. Nos anos 20, William Randolph Hearst, inspirador do filme *Cidadão Kane* (de Orson Welles), foi, assim como Rupert Murdoch um magnata da comunicação – somente o tempo os separa. Hearst tinha uma rede de 28 jornais pelos Estados Unidos e usava-os como ferramenta política: dava apoio aos democratas (ajudou na eleição de Franklin Roosevelt), candidatou-se ao cargo de prefeito da cidade de Nova York e também ao de governador do estado de Nova York. Não foi elei-

to por pouco. Já Murdoch, com um pano de fundo semelhante ao de Hearst, usou sua herança midiática e usou da mesma estratégia: a de comprar jornais falidos e revertê-los ao sucesso, formando uma rede enorme de veículos populistas.

Era então evidente aos políticos que precisariam de Murdoch para ser eleitos, e foi a direita britânica que mais se aproveitou de seu poder. Nos anos 80 e 90, suas publicações eram favoráveis a Margaret Thatcher. Depois, foi Tony Blair quem recebeu apoio do magnata para ser eleito. Agora, Murdoch tem seus vínculos com David Cameron, primeiro ministro atual, membro do Partido Conservador. Já Gordon Brown, ex-primeiro ministro do Partido Trabalhista (Labour Party), teve suas contas bancárias espionadas pelo *News of the World* e o relatório médico de seu filho doente divulgado.

Murdoch mantinha também, de acordo com o jornal espanhol *El País*, relações com a *Scotland Yard*, a corporação policial britânica. Nin-

guém questionou que a polícia não investigou a fundo as milhares de denúncias que datavam desde 2006. Isso aconteceu porque muitos oficiais estavam de fato comprados pela imprensa de Murdoch. Uns trocando algumas pistas por recompensas, e outros se convertendo em colaboradores de seus jornais, quando deixavam o corpo policial. No fim, a *Scotland Yard* não era incorruptível como parecia.

A relação da mídia com o poder é uma simbiose: no caso, Murdoch precisava dos políticos e os políticos precisavam de Murdoch. Ele queria um governo que não impusesse restrições a suas emissoras de televisão e a seus jornais. Apesar de frequentemente envergado à direita, Murdoch vai de acordo com o vento: apoia e depois cobra reciprocidade.

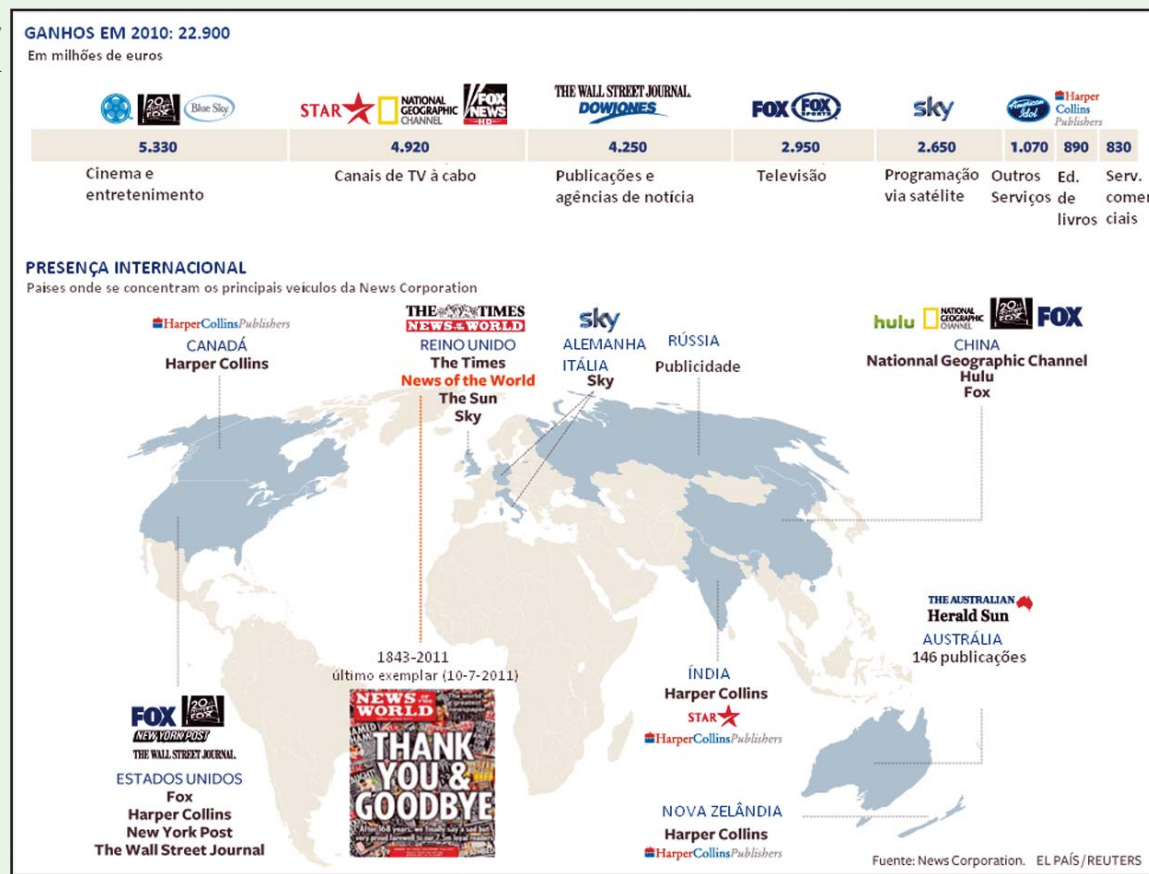
Repercussão do caso no Brasil – Na Europa, o escândalo foi o mais gritante da mídia nos últimos tempos, sendo divulgado extensamente

por jornais importantes como *The Guardian*, *The Independent* e *El País*, baseando-se em análises profundas. Já o leitor brasileiro teve dificuldade em entender o caso devido à superficialidade e à factualidade com que foi tratado. Por que, então, o caso foi tão mal divulgado no Brasil? Ora, a lógica que rege o império Murdoch é a mesma seguida pela mídia hegemônica brasileira: a de grande concentração dos meios, de trabalhar com apenas parte da informação e de ter uma posição muito clara a favor dos setores dominantes da sociedade. “Este caso também põe em cheque o modelo adotado no Brasil, no qual a desregulamentação e o poder político da mídia permitem que empresas de comunicação façam coisas muito parecidas com as escutas, como fez a *Veja*” (vide box), afirma Rudson. Além disso, Murdoch tem, de acordo com a análise do professor Laurindo Leal, interesses nos próprios meios de comunicação brasileiros. “Ele detém participação em operadoras de televisão por assinatura. Há interesses muito próximos entre os meios de comunicação no Brasil e a *News Corp.*”, relatou.

Para evitar esse tipo de unilateralidade da mídia, é preciso haver pluralidade para que o público possa formar opiniões a partir de veículos de diferentes tendências. Surge aí a discussão da regulamentação da imprensa. Sob a máxima da liberdade de expressão, são muitos aqueles que vêem esse tipo de regulação como censura e cerceamento do direito de se expressar. Suzana Singer acha difícil que haja um órgão regular de mídia. “Acho mais proveitoso um modelo como o Conar, em que a publicidade controla a si mesma”. Por sua vez, Rudson Pinheiro acredita que deveria haver regulação a partir de um órgão da sociedade, não estatal e não auto-regulador. “Isso não é censura. Censura quem faz é o oligopólio dizendo quem não deve ser ouvido”. Já o professor Laurindo defende a existência de um órgão regulador tanto para o rádio e a televisão quanto para a mídia impressa: “Deve haver um órgão específico para o rádio e a televisão, porque eles alteram concessões públicas, e ocupam um espaço infinito, que é o espectro eletromagnético. Têm que ser controlados pelo público porque ocupam um espaço público. Agora, com relação à mídia impressa, nós temos que ter uma legislação que evite primeiro a propriedade cruzada, que permita uma diversidade maior de meios de comunicação no Brasil.”

O Brasil, neste aspecto, está atrasado em relação a outros países democráticos como a Argentina. É um dos únicos países grandes que permite a propriedade cruzada: um mesmo grupo pode ter jornal, rádio, televisão, operadora de TV a cabo, site de notícias, editoras de livros, editoras de revista, entre outros tipos de mídia. “Murdoch, por exemplo, controla o mercado de comunicações em língua inglesa de uma forma que qualquer um que questione perderá alguma condição de competição. A Fox News, sua TV, veicula filmes que seus estúdios produzem e seus veículos citam uns aos outros como se fossem fontes, em um controle em cadeia”, contou Rudson. No caso brasileiro, cerca de nove famílias detinham, na última década, o controle da toda a grande mídia do país: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Editora Abril), Frias (*Folha de S. Paulo*), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Organizações Globo), Mesquita (*O Estado de S. Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) e Saad (Rede Bandeirantes). Essa concentração brutal faz com que não haja concorrentes e que só uma verdade seja exposta ao grande público abusos como o do caso do jornal *News of the World* sejam cometidos sem precedentes.

Reprodução



A influência dos veículos da News Corp. chega a todos os continentes

Criando escolas

No dia 24 de agosto, a revista *Veja* também abriu mão da ética jornalística em nome da exclusividade. O jornalista Gustavo Nogueira Ribeiro tentou invadir o quarto de hotel onde o ex-ministro José Dirceu estava hospedado em Brasília. Registrado na suíte ao lado do ex-ministro, o jornalista tomou a liberdade de pedir à camareira que abrisse o quarto de Dirceu, alegando que estava hospedado ali e havia perdido as chaves. A camareira resistiu ao pedido e informou o ocorrido à direção do hotel. Essas informações foram fornecidas pelo próprio José Dirceu em seu *blog*, onde também postou o boletim de ocorrência em que o repórter é acusado de tentativa de invasão. Segundo ele, o boletim foi registrado pelo próprio hotel.

“Os procedimentos da *Veja* se assemelham ao escândalo recentemente denunciado na Inglaterra”, compara Dirceu em seu *blog*. Esperava-se que o caso Murdoch tivesse um saldo positivo, fazendo com que a mídia repensasse suas ações e sua ética, mas acabou tendo efeito contrário. “Ao invés de ajudar na melhoria da qualidade da imprensa, me parece que o caso Murdoch acabou fazendo escolas. *Veja* seguiu direitinho o caso Murdoch, e piorado – a tentativa de invasão foi física, então é um crime ainda mais grave”, explica Laurindo Leal Filho, professor da ECA-USP.

Sobre o caso, *Veja* ainda não se manifestou. Contudo, a revista não deixou de publicar a matéria, que rendeu capa à edição 2232 do dia 31 de agosto, 5 dias após a denúncia de Dirceu. O ex-ministro é acusado pela publicação de manter um gabinete no hotel de Brasília, onde se encontra com outros políticos em reuniões fora do horário de expediente, como se fosse uma repartição pública. Na reportagem, é dito que o repórter esteve no hotel “investigando” e “tentando mostrar a verdade sobre as atividades de um personagem que age sempre na sombra”.